

**SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE – SNJ  
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE**

**27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE –  
CONJUVE**

**DIA 24 e 25 DE NOVEMBRO DE 2011**

**ATA**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e onze, reuniram-se os Conselheiros e Conselheiras do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, para realizar a 27ª Reunião Ordinária, sob coordenação do senhor Gabriel Medina – Presidente do Conselho Nacional de Juventude. **Estiveram presentes:** Sr. Gilberto Carvalho – *Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República*; Sra. Luiza Bairos – *Ministra da Secretaria de Igualdade Racial*; Sra. Ângela Cristina Santos Guimarães – *Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude*; Sr. Francisco Rodrigo Josino Amaral – *Secretário Executivo do CONJUVE*; Sr. Beto; Sra. Claudia Dutra – *SECADI*; Sr. Daniel; Sr. Danilo Morais – *Coordenação Nacional de Entidades Negras/CONEN*; Sra. Darcy Gomes – *Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista/JSPDT*; Sr. David Almeida – *Centro de Apoio a Mães de Portadores de Deficiência/CAMPE*; Sr. David Barros – *Instituto de Juventude Contemporânea/IJC*; Sra. Elisa Guaraná – *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*; Sr. Euzébio Jorge Silveira de Souza – *Centro de Estudos e Memória da Juventude/CEMJ*; Sr. Fábio Meireles – *Ministério da Educação*; Sr. Fabrício Lopes da Silva – *Nação Hip Hop*; Sr. Geovane; Sra. Helena Abramo – *Secretaria Nacional de Juventude/SNJ*; Sr. João Vidal – *União Geral dos Trabalhadores/UGT*; Sr. Josbertini Virgínio – *Comunidade Empreendedora de Sonhos/CES*; Sra. Káthia Dudyk – *Instituto Paulo Freire/IPF*; Sra. Larissa de Oliveira – *Ministério da Defesa/MD*; Sra. Lorena; Sra. Luana – *Associação de Pós-Graduandos*; Sra. Luciana Martinelli - *Agência de Mobilização Social/ARACATI*; Sr. Luiz da Costa – *Organização Ibero Americana da Juventude*; Sr. Marc Emmanuel Sousa – *Juventude do PMDB*; Sra. Maria Elenice Anastácio – *CONTAG*; Sr. Mário Teodoro – *Secretário Executivo da SEPPIR*; Sr. Nilton Lopes – *Comunicação Interativa/CIPÓ*; Sra.

Paula Falbo – *União Brasileira de Mulheres/UBM*; Sr. Paulo Vinícius – *Central dos Trabalhadores do Brasil/CTB*; Sr. Pedro Bittencourt - *Viva Rio*; Sr. Pedro Prata – *Coordenador Executivo da 2ª Conferência Nacional de Juventude*; Sra. Rebeca Ribas – *Instituto Aliança com o Adolescente/IA*; Sr. Ricardo Pop – *Secretaria Nacional de Articulação Social/SNAS*; Sr. Ricário; Sr. Samoury Mugabe – *Articulação Política de Juventudes Negras/APJN*; Sra. Severine Carmem Macedo – *Secretaria Nacional de Juventude*; Sr. Sidnei de Argolo da Silva – *Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU* e Yann Evanovick – *União Brasileira dos Estudantes/UBES*. **Abertura:** O secretário Francisco Rodrigo Josino Amaral em nome do presidente Gabriel Medina iniciou os trabalhos apresentando o senhor Eduardo, como novo membro da equipe do CONJUVE. O senhor João Vidal revelou que o assunto sobre as diárias e a logística, era um ponto importante a ser tratado. Reforçou a fala do Secretário Executivo, da importância de outras pautas, entretanto, era importante o registro formal por parte de algum membro do Conselho, que não fosse da mesa, para que ficasse nos anais, pois afetava diretamente a vida e a participação política dos conselheiros. O Secretário Executivo, Francisco Rodrigo Josino Amaral, esclareceu que aquele tipo de deslocamento poderiam garantir o reembolso, portanto, deveriam apresentar as notas para o encaminhamento da questão. O mais importante seria garantir a reunião. O presidente Gabriel Medina acolheu a crítica do senhor João, pois relatou que também sofreu com a medida da Presidenta, em cortar linearmente as diárias e passagens, o que afetou não só a Secretaria, o Conselho, mas um conjunto de órgãos do Governo, um contingenciamento dos recursos inclusive o exercício da presidência. Em seguida, passou a palavra para a senhora Ângela Cristina Santos Guimarães que iniciou falando sobre a importância da discussão da 2ª Conferência na perspectiva de socializar como foi o processo de construção, possibilitando que todos e apontassem aí os desafios para a reta final, convidou o senhor Fabrício e o senhor Pedro Prata para dividir o repasse dos informes sobre a Conferência e assim, dividiriam o debate com todos. Prosseguiu dizendo que aos idos de abril, quando houve a reunião extraordinária do Conselho para montar a CON, definir o Comitê Executivo, lançar o novo Decreto e a Portaria com essa CON, era também um momento de montagem do novo Governo, novas definições de atores políticos, definição

orçamentária o corte linear, afetou o processo. Em junho, depois de diversas reuniões da Comissão Organizadora foi realizado o lançamento da Conferência, no auditório do Anexo I, um lançamento que envolveu muito a gente, foi muito prestigiado politicamente. Foi formulado no processo o conteúdo político orientador da Conferência que foi a produção e divulgação do texto base, no dia 18 de junho e foi para rede e que a 1ª Conferência Nacional de Juventude as Conferências Livres terem sido grande destaque que acabou influenciando outras Conferências. As duas novidades que se destacaram desse processo da 2ª Conferência, primeiro foi a virada virtual a Conferência Virtual que havia sido planejada para a 1ª Conferência, mas não houve sucesso e foi um passo considerável que pudesse levar o debate da Conferência, da política de juventude, da estruturação, da conquista de direitos, do desenvolvimento do Brasil tendo a juventude como setor estratégico, também para os ambientes virtuais que eram ambientes que tinham grande presença da juventude. Complementou dizendo que a realização das territoriais possibilitou a interiorização do debate, o protagonismo de juventude, que não iria naquele momento demonstrar dados, mas que poderiam enquanto CON, enquanto Comitê Executivo, produzir um documento sistematizando os dados, pois aquele discurso precisava permear a fala de todos quando tratarem da Conferência, sobre os números falou também das Conferências Livres, que foram realizadas centenas, algumas delas foram não só protagonizadas pelas entidades, mas muitas vezes absorvidas como a dinâmica da própria COE. Ressaltou que alguns Estados conseguiram a realização de Conferências em unidades prisionais e em unidades onde jovens cumprem medidas socioeducativas porque, infelizmente o Brasil havia uma população carcerária grande, quase meio milhão de pessoas e desses 60% era jovens. Destacou ainda o envolvimento do CONJUVE em todos os Estados, da rede de conselheiros nacionais de juventude, em todos os Estados, em capitais, no interior, e fomentou a discussão em provocar os poderes públicos para convocar as Conferências Municipais, em ajuda na estruturação das Conferências Estaduais e o grande comprometimento dos gestores e gestoras de juventude, com todas as dificuldades do processo, o grau de envolvimento de responsabilidade e de comprometimento foi muito grande por parte de todos, Era preciso ter naquele momento um apuro no processo de

comunicação como por exemplo, dar mais visibilidade, pois o grupo demonstrou muito engajamento, mas queriam um envolvimento muito maior que ultrapassasse a rede dos que já eram organizados e organizadas na Conferência, o que sempre foi discutido no âmbito do Conselho e da COM. Em seguida, a senhora Ângela Cristina Santos Guimarães passou a palavra ao senhor Pedro Prata iniciou sua fala informando sobre a estrutura da Conferência e quem tivesse dúvidas, sugestões, iriam absorvendo ao longo do informe. Foi enviada uma carta de orientação às COEs no dia anterior, sobre a etapa nacional, que seria publicada no site tinha orientações de como chegar, quando chegar, quais seriam ser os procedimentos. Continuou fazendo um pequeno relato de como seria o fluxo e a estrutura da Conferência e depois falou das atividades paralelas. De posse do turno de fala, o senhor Fabrício Lopes da Silva disse que era importante a questão do informe com relação às passagens, que já havia socializado com alguns membros da Comissão Organizadora Nacional, uma tabela onde iriam perceber que tinha pouquíssimas alterações, mas houve alterações, e estava sendo atualizada hora a hora praticamente que era o acompanhamento dos envios para emissão das passagens dos delegados da Conferência Nacional. Falou ainda sobre o documento que foi encaminhado aos Estados solicitando a eles que remetessem as informações faltantes dos relatórios e fichas dos delegados para que não prejudique o processo de emissão das passagens. Foi percebido que alguns Estados tiveram dificuldades na consolidação das suas informações e não conseguiram de forma correta encaminhar nome, RG, CPF, endereço, data de nascimento, especificidades com relação à alimentação de delegados. Prosseguiu passando informações sobre a finalização das passagens. Pediu a colaboração do conselho na divulgação dos dados, que iriam colocar os informes no site da Conferência, mas sabiam que existia uma dificuldade cotidiana das pessoas que entravam na internet frequentemente, de irem direto ao site da Conferência buscar algum tipo de informação. Geralmente ela entrava no Facebook, no Twitter, no Orkut, que eram espaços que elas se ambientavam melhor atualmente. Outra informação importante era de alguns conselheiros de Conselhos Municipais, ou delegado que não vieram, que houve um prazo bem largo para realizar o processo de alteração das passagens, atualmente era impossível fazer alteração de qualquer nome na

lista, então não havia possibilidade de atender a demanda de alteração de passagem, que se soubessem de algum conselheiro que estava tendo dificuldade de vir ou coisa do gênero, que buscassem incentivá-lo para que ele viesse ou então informar o suplente que se viesse no dia 10 poderia realizar o seu credenciamento, porém teria ter que vir por meios próprios se hospedaria do dia 09 para o dia 10 com recursos próprios para tentar assumir a vaga de titular no dia seguinte. O senhor Pedro Prata complementou a fala do senhor lembrando primeiramente que delegado menor de idade, só poderia se credenciar e participar da Conferência com autorização do Juiz da Vara de Infância e Juventude da sua cidade, delegado com deficiência que não tinha informação do tipo de deficiência, não tinha informação do acompanhante. Informou ainda que a Conferência de Juventude, entre as 18 Conferências que a senhora Ângela citou, era a única que viabilizava passagens para os participantes todos estavam sentindo que o retorno estava sendo, complicado com informações muito desencontradas. Pediu a compreensão de todos e todas para tentar sensibilizar os Estados que estavam com informação incompleta. O senhor Fabrício Lopes da Silva disse ainda que os voos de retorno aos estados estavam marcados para após às 15h00 do dia 12. Então que no coletivo das nossas organizações dos Estados socializar a referida informação com os demais, a fim de que se faça um esforço de que a Plenária Final conseguisse executar o grosso de suas demandas até o meio dia para haver tempo suficiente de deslocamento dos delegados até o aeroporto. O presidente Gabriel Medina antes de apresentar a programação fez suas considerações sobre a Conferência. Reforçou os aspectos já colocados, principalmente na fala da senhora Ângela sobre o êxito obtido na 2ª Conferência Nacional de Juventude no que se refere à ampliação dos Municípios realizados, quase quadruplicados o número de Municípios que convocaram etapas municipais, elogiou o processo de mobilização que foi feito em todo o Brasil, que caberá a todos e todas contribuir para que de fato entrasse como uma agenda fundamental discutisse o projeto de desenvolvimento nacional, as grandes pautas nacionais, as grandes reformas que o Brasil precisava desde, por exemplo, a vinda dos grandes eventos esportivos para o Brasil ao que significava o PAC, o que iria representar para a realização da Rio Mais 20, grandes temas que a juventude não poderia estar

de fora, e que só conseguindo colocar o tema da juventude nos grandes projetos nacionais que conseguiriam sair de um processo de fragilidade da pauta, porque sabiam que havia muitos esforços da Secretaria para colocar o referido tema com mais força no Governo. Prosseguiu dizendo que diante da possível aprovação do Estatuto da Juventude, da tramitação do Plano Nacional de Juventude no Congresso, a discussão da consolidação dos direitos da juventude não era tema menor na Conferência, que precisavam colocar isso muito à força. Discorreu sobre a importância da participação da juventude na vida política do país e na aprovação de leis que beneficiasse a referida juventude. Por fim, pediu que todos e todas se comprometessem com a agenda da Conferência, que pudessem vir antes, engajar-se nas Comissões e participar desde o trabalho de infraestrutura, ao trabalho de metodologia, que tinham um papel muito importante a cumprir na etapa nacional da Conferência. Em seguida passou a palavra para senhora Kátia Dudyk. A senhora Kátia Dudyk informou trabalharam na Comissão de Metodologia e Sistematização, que iria centrar sua fala à sistematização da Conferência, que tinham três tipos de relatórios no Rio de Janeiro, relatórios da Conferência, os relatórios das etapas estaduais e os relatórios das Conferências Livres. Foi feito um primeiro momento de discussão do que queriam, que tipo de documento deveriam gerar depois. Continuou sua fala relatando como seria o produto final da sistematização que era o documento base que começaria a etapa nacional. Continuou que dividiram o documento em dois blocos, que não tinha nada de novo e extraordinário, que dividiram em dois blocos, emendas ao texto, aditiva, expressiva, substitutiva e emendas de propostas de políticas públicas, prosseguiu explicando em separado o que fizeram com cada um dos blocos e o juntava no fim. A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães pediu a palavra e apresentou a proposta de programação que era fruto de alguns momentos de reflexão da reunião que houve no Rio de Janeiro, da Comissão de Metodologia e Sistematização, foi pensada uma proposta tendo em conta os debates anteriores no âmbito da COM, no âmbito do Comitê Executivo e os objetivos com a Conferência Nacional de Juventude e passaram a discussão da proposta na reunião do Comitê Executivo. A ideia era que no fim do primeiro dia houvesse o ato solene de abertura da Conferência, que a liberação do Parque da Cidade na tarde só aconteceria fim da tarde, início da noite, o que

colocaria um impedimento de realizar a programação pensada às 14h00 que era a aprovação do regimento, e outra informação adicional tão importante quanto, era que como estavam convidando e fazendo muito esforço para que a presidenta estivesse presente, precisavam deixar o local com duas horas de antecedência à chegada dela para toda a precursora, toda a segurança institucional. No dia 09, das 12 às 17 estaria aberto o credenciamento para os delegados nos hotéis, o único credenciamento que aconteceria no pavilhão seria o credenciamento dos delegados e delegadas do Distrito Federal, por razões óbvias, porque eles não precisariam de alojamento, nem de hospedagem, que teriam 20 ônibus e 20 vans, para locomoção do hotel até a Conferência. Em seguida à abertura solene teriam e a programação cultural, à meia noite estaria prevista a saída dos ônibus para os hotéis. No segundo dia a ideia era que a partir das 07h30 houvesse a saída dos ônibus dos hotéis para o local do evento. Das 08h30 às 10h00 chamariam da mesa central da Conferência, que era a mesa que versaria sobre o tema geral da Conferência. Que seria o tema juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos. A ideia seria afirmar a temática, que daria subsídio da discussão posterior dos grupos de trabalho e nas Plenárias de Eixo. A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães concluiu seus informes detalhando como se daria a logística da Conferência e passou a palavra para que quisesse fazer alguma intervenção. Com a palavra, a senhora Maria Elenice Anastácio disse que devido ao excesso de informações apresentadas era importância da realização das Conferências Territoriais, para possibilitar uma parcela da juventude poder participar dessa grande ação e mobilização em torno do debate das políticas públicas dos direitos da juventude, que foi acertada a decisão do CONJUVE ao definir pela realização das Conferências Territoriais e a estratégia de articular junto ao CONDRAF, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural. A senhora Káthia Dudyk afirmou que a fala da senhora Ângela e o senhor Gabriel fizeram era uma avaliação Comitê da Conferência, e que sua avaliação também era positiva. O senhor David Almeida falou que haveria uma apresentação da Escola de gente e que seria muito bom, porque nesse momento a juventude entenderia o trabalho da Escola. Demonstrou sua indignação porque a Conferência Estadual do Ceará ocorreu em um local bem inacessível, dificultando a participação dos jovens carentes do estado. Por fim indagou se

os observadores poderiam participar da Conferência. A senhora Luciana Martinelli destacou que no processo de 2ª Conferência começariam a colocar sempre com pitadas de inovação. Falou sobre as reivindicações da CAD, mais especificamente para quem não estava na 1ª Conferência, o espaço do CONJUVE foi um stand frio, para essa 2ª Conferência precisariam equalizar melhor. O senhor Danilo Moraes relatou que o debate está centrado muitas vezes na disputa para vir para a Conferência Nacional do que de fato no rumo da política nacional de juventude por este motivo, sua fala estava voltada para o fato de como se organizaria melhor a discussão na Etapa Nacional para que tantos delegados e delegadas, que tiveram oportunidade para discutirem de fato a política pudessem refazer, discutir mais na perspectiva da Política Nacional de Juventude e aqueles que não tiveram oportunidade de fazer nos seus Estados, pudessem se apropriar melhor para que tivessem um bom produto depois nos grupos de trabalho que era o momento da contextualização, que tinham que tentar aprofundar uma possibilidade, a partir da mesa geral, trabalhar os eixos especificamente que estruturam todo o debate das Políticas Públicas de Juventude que a estavam propondo na 2ª Conferência. O senhor Paulo Vinícius disse ser importante perceber momento em que acontecerá a 2ª Conferência Nacional de Juventude, que era um momento muito importante para a juventude brasileira, às vésperas da votação do Plano Nacional de Educação, que depois de mais de dez anos de luta contra o Governo Fernando Henrique Cardoso e sua postura de não ter implementado o 1º Plano Nacional de Educação, começaria em um patamar interessante do debate em torno da aplicação de 7% ou mais do PIB para a educação, que era a proposição que a havia em 2001, no processo, que havia do primeiro PNE. Que estava falando de oportunidades para de fato integrar a juventude que mais precisa dentro da educação brasileira e que pode ter um impacto muito grande para a inclusão da nossa juventude. Além disso, era um momento importantíssimo na medida em que tramitava no Congresso Nacional o Estatuto, que era importante o empoderamento da responsabilidade política para que o campo possa se unificar e garantir mais direitos para a juventude com a postura de grandeza, de unidade que pautou o debate. O senhor Fábio Meireles chamou a atenção para a divisão dos hotéis, porque todos e todas sabiam que a forma como era feita a divisão, comprometia a conferência.

Perguntou sobre a decisão em relação aos observadores e convidados. Com relação aos jovens com deficiência, disse que na 1ª Conferência perceberam que quando chegou a lista das delegações, não havia jovens com deficiência na conferência como delegado, que todos e todas sabiam de todo um esforço de mobilização, de acessibilidade das etapas estaduais, mas na prática não acontecia, fizeram um convite, que o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, as federações e associações, indicassem como convidado, e não como delegado, jovens para participarem da etapa nacional, o que garantiu o debate no grupo de trabalho de jovens com deficiência e o que levou a proposta a ser aprovada como uma das prioritárias. Sugeriu uma sensibilidade da CON e de todos e todas para perceber, fazer um mapa, faltavam 14 dias, que se não houvesse delegados jovens com deficiência para participar da Conferência, fariam um convite a alguns deles para ter pelo menos jovens com vários tipos de deficiência representados. O senhor João Vidal falou sobre a mesa internacional, que não sabia com relação à referida mesa a localização e o tempo dela durante a Conferência. Propôs-se a ajudar na Conferência trazendo um pouco da experiência. O senhor Nilton Lopes informou sobre a questão da comunicação na Conferência, que construíram uma proposta de que a sociedade civil participasse do processo da Conferência, principalmente da etapa nacional de uma forma que fosse construída coletivamente. A senhora Luana disse que a construção da cultura política brasileira trazia traços de autoritarismo e em todos os setores, da esquerda, da direita, de movimentos da sociedade civil que não eram vinculados necessariamente a alguma tendência ideológica, só que vinham construindo espaços de participação, de ampliação da democracia que ajudava a combater os traços de autoritarismo que faziam parte, em certa medida, da constituição nossa cultura política. Aproveitar para falar da importância de se conseguir pautar políticas que eram integradas, que as principais bandeiras do próprio Estatuto, ou algumas das principais, como meia passagem e a meia entrada não eram políticas ou de educação, ou de cultura, ou de transporte, era de tudo ao mesmo tempo e assim como o pensamento das políticas públicas transversais de gênero, sensibilidade, combate ao racismo e à homofobia, tinham que permear todas as propostas que estivessem aí apresentando. O senhor Euzébio Jorge Silveira de Souza atentar para a questão que ao construir uma programação para uma

Conferência Nacional de Juventude, abordavam um público que era de uma diversidade extraordinária. A preocupação que tinham era de que a Conferência era o momento de integração que iria para além dos debates que iriam construir, que teriam que ter muita sensibilidade e preocupação com o assunto. O senhor Luiz da Costa, chamado pelo presidente Gabriel Medina disse que tinham uma agenda em dezembro junto à Secretaria Nacional de Juventude que implicava em um conjunto de atividades em torno da Convenção Ibero Americana de Direitos da Juventude, que se unia com um tratado internacional que se referia a direitos das pessoas jovens. O presidente Gabriel Medina falou do esforço do Conselho Nacional de Juventude avançar na agenda internacional, em uma boa relação com a Secretaria estiveram na ONU no dia que se comemorou o ano internacional da juventude, na Convenção que foi feita, na reunião das REJE e estavam buscando fortalecer e estreitar a relação com os países latino americanos e também com Espanha e Portugal, que tinham a oportunidade de construir relações, que tiveram o encontro da CPLP, do Comitê de Países de língua Portuguesa recentemente, e puderam estreitar relação com países africanos e com Portugal, que tiveram uma agenda da UNESCO. O senhor Pedro Prata agradeceu as contribuições de todos e todas. Em seguida explicou que o espaço que o presidente Gabriel Medina se referiu era o tempo livre, o mesmo espaço falado por todos e todas, de espaço de 300 metros quadrados, com estrutura que o Ministério da Cultura estava viabilizando e todos e todas irão ter oportunidade para fazer o trabalho que quisessem. Lembrou que a empresa responsável era licitada, mas foi feito um teste onde foi feita uma reunião de um dia inteiro com eles e foram colocadas as questões que foram 24 horas de monitoramento e o senhor Pedro Prata acreditava que eles entenderam o que era uma conferência, o que era um Conselho, uma relação política, que eles tomaram um choque de realidade na semana e iria contribuir para a etapa nacional da conferência. Continuou sua fala, explicando como seria o atendimento às pessoas com deficiência física, bem como os materiais que seriam utilizados para garantir a acessibilidade. Explicou ainda sobre algumas questões da logística. O senhor Fabrício Lopes da Silva relatou que os dois assuntos assim mais relativos à questão de passagem, que estavam fazendo cruzamento de dados com os documentos especialmente enviados pela organização da Conferência

Estadual e pelos Conselhos Municipais, mas havia algumas duplicidades. A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães retomou a palavra para falar do espaço que seria o cafofo, que era o espaço alternativo cultural. Foi apresentada a proposta ao MinC na integralidade, mas desde o início o MinC levantou limitações de contratação objetivas que colidiam com a proposta, que não queria criar falsas expectativas, mas o que eles estão tentando viabilizar era a montagem de um palco e a sonorização e iluminação desse palco que seria menor e teria o palco para os grandes shows da noite. O presidente Gabriel Medina observou que também valia, se forem olhar a programação, o término dos shows, seria por volta de 23h00, 23h30 teriam apenas que atentar para o risco de que a festa virasse no hotel, por isso precisavam criar um horário que não fosse tão cedo e que não prejudicasse os trabalhos no outro dia. A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães iniciou os trabalhos após o intervalo para o almoço, falando sobre alguns segmentos que nunca tiveram cadeira no Conselho, que pleiteavam e que era importante, tinha um papel político decisivo na sociedade e que poderiam trazer para o Conselho, por isso quando se falava em pensar a composição e não poderia simplesmente dizer quantas cadeiras, quais cadeiras. Era um debate mais vigente, porque o Conselho cresceu muito e estava colocado um desafio muito maior para próxima gestão, de ampliação do protagonismo, de controle social, de capitalização da rede de Conselhos e de ajuda para constituir o sonhado Sistema Nacional de Juventude. O senhor Josbertini Virgínio relatou que teve a oportunidade de estar na primeira composição, que acompanhou o processo todo e queria um esclarecimento de como seria esse processo que o presidente Gabriel Medina relatou, que deveria mudar, mas queria saber o ponto de partida para poder se colocar. O presidente Gabriel Medina esclareceu que parecia ser bobo, mas o reforço de segmentos que não estão representados seria interessante fazer uma reflexão sobre vários atores da sociedade que influenciam no campo de juventude. Particularmente sobre a opinião do senhor Jobertine, não iria debater porque iria somente esclarecer. A ideia era de se constituir a Comissão Eleitoral mantendo a mesma composição da última comissão que eram quatro representantes da sociedade civil e três representantes governamentais. O critério era de as pessoas que compusessem a comissão não poderiam, não a entidade, se recolocar, mas as

peças particularmente não poderiam ser candidatas. Se a entidade quisesse concorrer, poderiam, mas teriam que indicar outra pessoa. Um dos presentes perguntou se entrasse na comissão como indivíduo 01 e participasse da comissão eleitoral essa mesma instituição A, o indivíduo 02 para concorrer a uma cadeira, se a eleição para o ano que vem o indivíduo 02, na posse desistisse do cargo encaminhasse ofício trocando a representação dessa mesma entidade e voltasse o primeiro do jeito que estava lá na comissão, como ficaria. A senhora Luciana Martinelli explicou que não haviam alcançado um avanço naquele assunto, pois não haviam assumido os critérios que tinham sido usados na última eleição e o que tinha entendido era que a pessoa não poderia ser conselheira na gestão onde ela estava fazendo parte da Comissão Eleitoral. O presidente disse que a senhora Luciana, havia esclarecido um pouco esclareceu sobre o assunto, e por isso gostaria de terminar de fazer explanação sobre o que foi pensado sobre o calendário, que a ideia era montar naquela reunião a Comissão Eleitoral, e em janeiro, um momento de reunião do Conselho para referendar as definições da Comissão Eleitoral. Que a ideia seria de que no dia 17 de janeiro a mesa diretora se reuniria, no dia 18 a comissão se reuniria e no dia 19 fariam uma reunião extraordinária do CONJUVE com o intuito de apreciar a proposta eleitoral e fariam os encaminhamentos necessários. A partir do referido processo o edital seria aberto no dia 23 de janeiro, quatro dias depois da definição no Conselho, no dia 17 de fevereiro fariam a divulgação de todos os inscritos, abririam a lista de inscritos para o processo eleitoral, no dia 13 de março divulgariam aos habilitados, no dia 03 de abril fariam a assembleia de eleição. O senhor Ricário revelou que estava achando o processo muito solto, que teriam que amarrar mais o processo, que um dos maiores problemas que houve foi no início do ano, na história do nome da representação porque tinha entidade que estava inscrita, estava participando da eleição, mas não era a pessoa que estava inscrita como representante da entidade. O senhor Euzébio Jorge Silveira de Souza disse que o debate era importante porque corriam o risco de alguns espaços de participação da sociedade começar a se esvaziar, não se necessariamente de pessoas, mas de políticas, que deveriam demonstrar como deveriam entender o processo da participação como um processo crescente de ampliação da democracia no Brasil, que o desafio, seria ampliar a

importância do Conselho, não necessariamente ampliar a quantidade, mas, no futuro pensar uma forma do Conselho não ser só um espaço consultivo, mas também ter atribuições deliberativas e políticas públicas para a juventude. O presidente Gabriel Medina disse que o sentido do debate era exatamente trazer a abertura da discussão sobre a possibilidade de renovar o Conselho e o que representaria a renovação. Na última recomposição do Conselho, o processo da abertura da inscrição até a assembleia de eleição foi praticamente um mês, que estavam propondo um processo de praticamente três meses para constituírem o processo eleitoral, inclusive propondo dois debates no pleno do Conselho, que o espaço não era representativo, que tinham 33 entidades da sociedade civil representadas, de 40 entidades que compunham o Conselho, que aquilo era mais do que representativo para tomar as decisões, que deveriam trabalhar com tranquilidade porque era importante que legitimassem o espaço do Conselho e que valorizassem o referido espaço. Prosseguiu, esclarecendo que havia uma demanda da questão indígena há bastante tempo no Conselho, que deve absorver, ampliar a representação e a participação do Conselho, que aquilo não significava ampliar o número de vagas, mas talvez dar mais representatividade política, pluralizar mais a composição do Conselho e, em alguns momentos inclusive traria campos políticos que poderiam ser os campos que não fosse da preferência de todos. Esclareceu que ficaria a cargo de uma comissão eleitoral processo de pensar o método de composição, que obviamente a mesa diretora iria acompanhar. Explicou que havia dois elementos que seriam fundamentais, o primeiro que poderiam ter um número maior de inscrições na próxima eleição do Conselho, o que faria com que repensassem o método eleitoral, porque no último período de eleição foi construído por cadeiras, onde só os fóruns e redes decidiam que os fóruns e redes estariam representados, poderia não ser suficiente para os desafios da próxima eleição, poderiam ter um número muito superior de fóruns e redes, por exemplo, que fizessem com que o número de cadeiras não desse para fazer o que foi feito da outra vez. Prosseguiu dizendo que talvez fosse necessário ter um método eleitoral construído pela Comissão, que tinham que se preparar para um método eleitoral geral. Outro elemento que achava fundamental era pensar que a Conferência Nacional e Juventude era para todos um panorama para repensarem o Conselho, olhar quantas organizações tinham relacionadas

a determinadas áreas. Em seguida, falou que o calendário bastante tranquilo, não houve nenhum questionamento, que estava entendendo que poderiam aprová-lo e queria apresentar a proposta de Comissão Eleitoral que foi construída com os movimentos, organizações, forças políticas ver se ela era consensual para que pudessem sair com o encaminhamento mais concreto. A proposta apresentada da Comissão Eleitoral seria do senhor Hélio representando os movimentos, a Rede Jovens do Nordeste, senhor Murilo representaria a Juventude Partidária, a Juventude do PT, a senhora Luciana representando a Aracati, as ONGs, e a senhora Marcela UNE, União Nacional dos Estudantes, representando as entidades estudantis. Esclareceu que seriam quatro representantes da sociedade civil, lembrou que teriam três membros governamentais que o próprio Governo iria definir. Pediu para submeter ao Plenário, saber se tinha alguma contrariedade com a proposta apresentada de Comissão. O presidente confirmou que não havia contrariedade com a proposta, mas ante de abrir para a declaração de votos, deu AP palavra para o senhor João Vidal para uma questão de ordem. O senhor João Vidal antes de sua questão de ordem, revelou que iniciaria sua fala pela declaração de voto que era favorável. Não havia contrariedade. Logo após explicou que pediu a palavra porque foi citado de maneira que poderia gerar dúvida quando o presidente falou, que quando ele chegou ao Conselho o processo de eleição de vice-presidente, que concordava com o argumento do presidente na representatividade das 36 organizações presentes, mas não poderia concordar que uma decisão importante como aquela não fosse pautada com a antecedência devida, que ficasse registrado, que não iriam ter medo de inovar, mas iriam corrigir o processo para o próximo mandato. O presidente Gabriel Medina esclareceu que o problema de não ter enviado a pauta com antecedência, porque o senhor Rodrigo como Secretário Executivo respeitou o tempo político do Conselho, nenhuma pauta era enviada que não fosse deliberada pela mesa diretora do Conselho, por isso seguiu-se a pauta, O presidente Gabriel Medina encerrou o referido ponto de pauta no que referia à Comissão eleitoral dando a mesma por aprovada. Pediu por aclamação uma Salva de palmas à aprovação da Comissão e do calendário. Iniciou o terceiro ponto da pauta que era sobre os programas da Secretaria Nacional de Juventude, dando a palavra à Secretária Severine. A secretária Severine

Carmem Macedo iniciou sua fala sobre o momento importante para a Secretaria que era de dialogar as ações que a Secretaria estava pensando. Que tiveram um momento de apresentação do PPA, conseguiram garantir a aprovação de um Programa pela primeira vez específico de juventude dentro do Plano Plurianual e o desdobramento da aprovação do PPA dentro do Governo era a construção dentro da Secretaria, da proposta das ações, sinalizadas no PPA. Esclareceu que a versão da Estação que iria ser apresentada, era uma versão ainda em construção, já que ainda não havia acontecido o diálogo com os demais Ministérios, que seria um passo posterior a reunião que estava acontecendo naquele momento, que não haviam dialogado a proposta com o Ministro, que era extremamente importante dialogarem primeiro com o Conselho para poder colher sugestões, críticas, qualificarem efetivamente a proposta a partir da experiência de cada um e de cada uma que compõe o CONJUVE. Prosseguiu falando que o Observatório da Juventude, estavam chamando de participatório, que consistia na ideia de ter uma estrutura física do observatório permanente e de um espaço virtual de construção desse observatório e um convênio que fariam ainda no ano corrente, de apoio aos órgãos gestores estaduais e que tinha como base a estruturação de Conselhos onde não existiam e o aporte e fortalecimento dos Conselhos Estaduais já existentes. Chamou a senhora Helena Abramo e a senhora Elisa Guaraná para compor a mesa e contribuir na apresentação dos programas. Falou sobre a três ações da Secretaria, sendo a primeiro sobre as Estações, um tema que não era novo no Conselho, para as organizações juvenis, nem para os órgãos gestores de juventude dos Estados e Municípios, a carência, a demanda e a necessidade de equipamentos públicos que permitissem o acesso dos jovens às políticas públicas, o seu encontro, o acesso a informações e ao conjunto de serviços direcionados à juventude. Que com a motivação muito forte que foi um tema que apareceu muito presente na campanha da Presidenta Dilma, vinha aparecendo muito fortemente no Conselho. A proposta era que as Estações de fato ajudassem a consolidar a construção de equipamentos públicos de juventude e a sua ampliação a partir da criação de novos equipamentos, como as Estações, mas também de fortalecimento dos equipamentos existentes. O Observatório Social da Juventude, a ideia era que de fato o referido espaço virtual, aproveitasse todo o

diálogo, as novas formas de participação e o papel que as novas mídias podem cumprir, há uma maneira de fato de ampliar para não se ter o observatório que seja um banco de teses, mas que permitisse a interação, construção conjunta de conhecimento de informação, como espaço de participação efetiva a partir das novas mídias. A senhora Elisa Guaraná falou que a ideia na verdade do observatório vinha no bojo da discussão sobre participação social que era foco importante da secretaria. Em seguida disse que poderiam ampliar os canais, especialmente os de participação social da juventude na relação com o Governo, que em termos de desafios, formulação e controle social das políticas de juventude para com a juventude, ampliariam a institucionalização, em termos de secretarias coordenadoras, para intensificar a rede de gestores e sua relação com a juventude. Falou que a partir das premissas trabalharam com eixos de atuação que incidiriam diretamente na percepção da sociedade sobre a juventude fortalecendo seu papel como ator social, econômico e político. Continuou dizendo que o segundo eixo seria a articulação política com a sociedade civil, a colaboração direta na construção de agendas comuns à juventude organizada, promoção do diálogo, aproximação de agendas específicas e universais, articulação e mediação política, promoção do diálogo entre sociedade civil e movimentos sociais, definição de eixos estratégicos da política de juventude. Explicou que os referidos eixos estariam diretamente associados ao sistema nacional de participação social. A ideia era aproximar a ação da secretaria com a construção do Sistema Nacional. Com o desafio, surgiu a ideia do participatório era justamente trazer para dentro do espaço de discussão, dos espaços de diálogo os jovens, para a construção do entendimento sobre qual era o papel da juventude no Brasil atual, qual a maneira como a juventude queria ser percebida, queria ser vista. A ideia inicial do participatório seria uma página virtual que atendesse os eixos de atuação da secretaria promovendo integração do observatório e dos demais mecanismos de participação, bem como na interação direta da Secretaria com a juventude brasileira. O referido ponto de partida foi crescendo e avançou para um debate mais amplo, o próprio participatório pode ser um espaço para discussão da participação social, caminhos e formas de participação social, participação política, visibilidade com o tema da juventude e temas correlatos, disputa das percepções sobre juventude na sociedade e na juventude, permitiu se

conseguisse com o participat6rio que a sociedade pudesse efetivamente acompanhar as pol6ticas p6blicas de juventude, n6o s6o as promovidas pela Secretaria, mas as pol6ticas que tamb6m eram promovidas localmente, que n6o necessariamente eram nacionais. Na sequ6ncia, o senhor Ricardo Pop com a palavra, disse que havia possibilidade de reutiliza76o das informa76es que n6o ficasse de posse apenas das institui76es, de uma organiza76o pois o foco era o di6logo de v6rios atores, perfis de pesquisador, conselheiro, visitante, interagente, agente, interagindo com o objetivo de discutir em cima de publica76o acad6mica na 6rea da juventude, mas tamb6m em sites e postagens que as pessoas teriam no dia a dia e que n6o necessariamente passou por uma universidade, uma das coisas que 6 inovadora nesse projeto era que ele poderia ser constru6do pela juventude. Explicou que como ele era desenvolvido em Software Livre poderia trabalhar tamb6m em ambientes de tele centros, ou ent6o programas com jovens em situa76o de vulnerabilidade, por exemplo, para aprender ou pegar o conhecimento, aprimorar o conhecimento em desenvolvimento, em linguagem de programa76o para que essas pessoas pudessem tamb6m interferir no c6digo. Refor76o, a ideia que n6o fosse uma ilha, estava especificado para ser uma coisa que se conectasse com os perfis do Facebook, do Orkut, do Twitter, e a6i a partir dessa conex6o poderiam publicar informa76o participat6ria a partir dos outros ambientes. Basicamente teria a fun76o de comunica76o e de agrega76o de informa76es sobre juventude. A senhora Elisa Guaran6 para fechar, disse que aquele era o primeiro desenho e obviamente a partir do que se tinha discutido, poderiam pensar qual seria o melhor canal, a melhor maneira de se burlar uma rela76o mais direta, atrav6s do ambiente, se o CONJUVE achasse interessante para os Conselhos, para a rede de Conselhos e de conselheiros. O presidente Gabriel Medina disse que estavam propondo uma metodologia de apresentar os tr6s programas, pelo adiantado da hora, depois abririam para um debate sobre os tr6s. A senhora Helena Abramo esclareceu que a ideia da Esta76o da Juventude n6o era implantar um programa a mais em um tema que poderia ser trabalho, educa76o, cultura, mas dele vir ser como um equipamento que visava justamente potencializar, garantir o acesso dos jovens aos programas e pol6ticas j6 existentes e, al6m disso, tempo tamb6m de estimular, impulsionar a cria76o das pol6ticas, sendo a ideia principal era de um apoio fundamental para

a garantia dos direitos no sentido do acesso e da trajetória de inserção e participação dos jovens na sociedade. O senhor Francisco Rodrigo Josino Amaral reforçando a fala da secretária Severine, disse que o um programa de estruturação e estruturação de organismos estaduais de política pública de juventude, era uma ação que estava prevista no PPA, que estavam conseguindo com recurso do ano antecipar a ação, evidentemente ainda com alguns limites porque não estava programado fazer a execução esse anos, mas conseguiram um recurso financeiro. Continuou dizendo que a proposta estruturante seria fortalecer os órgãos de juventude já existentes; estimular a criação de órgãos de juventude nos Estados ou Municípios onde ainda não existe; reforço da participação social; estimular a criação e manutenção dos Conselhos Estaduais e Municipais, era uma clausula que estavam inserindo como obrigação para conveniente à existência de um Conselho, que estava sendo aprovado no Estatuto da Juventude e que ficou como tarefa do Governo Federal no texto que estava tramitando no senado a regulamentação, que era uma regulamentação inclusive que fazer pactuada com os entes da federação. Em seguida, falou que quanto á metodologia, como havia sido dito, em 2011 fariam a carta convite aos 26 Estados e o Distrito Federal e ainda no ano corrente firmariam um convênio com todos os Estados e repassariam o recurso. Em 2012 seria a chamada pública e deveriam anunciar também a referida ação na 2ª Conferência Nacional de Juventude onde estariam diversos organismos estaduais e municipais. Esclareceu que ao final do Convênio necessitaria provar a formação do Conselho, a eleição dos conselheiros, a publicação da relação dos conselheiros nos Diários Oficiais, a eleição da mesa diretora e no mínimo três reuniões do Pleno realizadas. O presidente Gabriel Medina de posse do turno da fala, revelou que muito bom que com o papel que o Conselho Nacional de Juventude desempenhava, que era qualificar o observatório poderia ser uma grande oportunidade para integrar as ações e melhorar um pouco as políticas públicas e a própria ação do Conselho em relação ao controle social e a participação, continuou dizendo que a partir daquele momento, tinham que pensar como que daquela reunião desdobriariam outros processos de conversa porque na referida reunião, não conseguiriam esgotar todos os pontos em torno do assunto. A senhora Helena Abramo esclareceu que na verdade a ideia era que o Jovem pudesse ter acesso

articulado a todos os programas, que outra coisa era sobre a distribuição regional, todos já estavam achando os recursos pequenos para centro, que concordava com a observação de que não teriam recurso para fazer uma coisa em escala, então teriam que ter uma reflexão sobre a priorização de territórios. Refletiu que algumas coisas já estavam se afinando, como a discussão da juventude negra, afinando os territórios de prioridade dos outros grandes programas e diretrizes nacionais e uma delas era a questão da juventude negra, da luta, do combate à violência contra a juventude negra, que um dos critérios, que poderiam chegar aos pequenos Municípios, para não ignorar a importância da ação nas periferias das grandes cidades. Continuando, disse que outra ideia, era não restringir aos jovens em situação de vulnerabilidade, teriam o equipamento universal, que não fecharia exclusividade para nenhum segmento, mas iria priorizar que dar na instalação dos locais que acreditavam ter maior necessidade de condição de recurso. Por fim, falou da questão do tempo de implantação, que não fosse um programa que só existisse enquanto atenda esse aporte do Governo Federal, a ideia era criar coisas que se sustentassem e depois no Município, sabiam que era super difícil, mas a ideia era que fossem criando uma demanda, entre os jovens, usuários e gestores, forçar o Município a investir recursos. Com a palavra, o senhor Francisco Rodrigo Josino Amaral informou que estavam fazendo uma atualização cadastral dos conselheiros, que preenchessem a ficha. O presidente Gabriel Medina relatou que a ideia de mandar por e-mail e receber as contribuições e a mesa formatar também uma proposta mais concreta de diálogo, não estava fácil, com tantas demandas, o Conselho obviamente iria valorizar a colaboração que ajudaria a qualificar as políticas públicas de juventude no Brasil. Revelou que o senhor Danilo fez um apelo durante o dia para que se aprovasse a moção em relação ao PL 180 se todos estivessem á vontade para tal. Esclareceu que o PL180 era referente às cotas que deveriam ir à votação no outro dia no Senado Federal. Indagou se alguém gostaria de manifestar alguma contrariedade em relação à questão das cotas raciais. Não havendo contradição, apelou pelo adiantado da hora, que aprovassem a moção por aplausos. Considerou então a moção aprovada. No segundo dia da 27ª reunião da CONJUVE, o presidente Gabriel Medina cumprimentou a todos e todas e informou que estariam presentes para falar, a Secretária Cláudia e o Ministro

Gilberto Carvalho. O Ministro Gilberto Carvalho cumprimentou a todos e todas, informou que trazia da presidenta um carinhoso abraço a cada um e a cada uma. Disse ser importante o dia em que teriam um informe sobre a questão do Pró-Jovem e a questão do programa do Fórum de Cidadania para a questão da violência contra a juventude Negra. Continuou dizendo que na do Pró-Jovem pensava que a vida dá passos muitas vezes com dúvidas, não sabendo se de fato seria o melhor caminho, mas era preciso dar passos. Disse que o objetivo Governo, da presidente em particular, da Secretaria Geral e da secretaria de Juventude não era de maneira alguma fragilizar o Pró-Jovem, pelo contrário, era de fato buscar transformar o que era um programa em uma política efetiva, com a estabilidade, com a estruturação, com o alcance maior que era próprio de uma política de Estado, uma política permanente de qualificação, de acolhida, de acompanhamento da juventude. Sem abrir mão de um papel dentro do Pró-Jovem, mas ela teria uma reserva de energia para poder se dedicar a outros temas, a outras atividades a outros programas que eram necessários implementar nesses anos. O presidente Gabriel Medina agradeceu ao Ministro e passou a palavra para a Secretária Claudia Dutra. A secretária Claudia Dutra com o turno da fala iniciou dizendo que desde as primeiras reuniões, de discussão com a Secretaria Geral de Governo, aonde colocada possibilidade de responsabilizar o Ministério da Educação pelo programa lhe chamou atenção aspectos a respeito das preocupações do Conselho com relação à continuidade do Projeto, mantendo suas características no sentido de que o Programa fazia parte de um conjunto de políticas e da institucionalização de uma política de juventude no país. Após discussões com o Conselho algumas alterações foram implementadas por meio da resolução 60 e outras elas deverão ser frutos de entendimento do grupo de trabalho que se constituiu, de um processo de discussão no âmbito do Conselho, do Comitê Gestor e poderia fazer parte de futuras reestruturações do programa. Dentre as contribuições era necessário destacar que algumas já contemplam expectativas relacionadas às especificidades dos jovens como em relação aos jovens negros e também à regiões aonde tinha grandes obras do Governo Federal, outro aspecto importante era relacionado a como contribuir para que os jovens permanecessem no programa e tivessem uma melhoria na qualidade da sua participação e aprendizagem. A proposta

seria então, já discutida pelo Ministério da Educação, uma avaliação favorável e já com um decreto em andamento onde passariam as competências, a coordenação para o Ministério da Educação, instituindo um Comitê Gestor Nacional com a participação do CONJUVE. O presidente Gabriel Medina após agradecimentos aos presentes falou a respeito do Pró-Jovem sobre o processo de transição do MEC, que o Ministro iniciou com o reconhecimento da dificuldade de diálogo inicial, o Conselho se posicionou em relação ao assunto, que reconhecia a transição inicial que exigiu não ser tão intenso, não tão profundo diante da necessidade da continuidade imediata ao programa. Num segundo momento que poderiam fazer contribuições mais robustas, mais consistentes e que teriam que aproveitar muito para que pudessem qualificar e aperfeiçoar a política. Prosseguiu falando que era uma grande vitória para todos e todas uma boa surpresa para o Conselho destacar mais um aspecto que era a questão da criação de uma Diretoria de Juventude no âmbito da SECADI, que não era menos importante, que tinha a ver com as diretrizes da Política Nacional de Juventude que era garantir a transversalidade da política de juventude nos Ministérios. Acreditavam que a iniciativa poderia ser um bom exemplo para que se pudesse não só transversalizar a política de juventude do interior do Ministério da Educação, como também servir de exemplo para outras iniciativas em outros Ministérios e fariam com que a política de juventude atravessasse outros Ministérios, permitindo que a transversalidade se concretizasse. Do aspecto das mudanças iniciais, a última questão destacada foi a questão da dívida de cidades. Por estar na SECADI e o acúmulo que a Secretaria tinha nesse quesito tanto na questão da igualdade racial, na questão das mulheres, na perspectiva feminista do Programa na perspectiva de incluir os jovens com deficiência, na inclusão e jovens LGBTs. Era muito positivo entender que esta alocação do Pró-Jovem permitiria certamente avançar no referido quesito. Foi estabelecida uma política de relação com a SECADI, com a Secretaria que certamente aperfeiçoaria ainda mais o programa. A segunda era sobre a política pedagógica do Pró-Jovem. A terceira sobre a profissionalização relacionada à área, entenderia como poderia qualificar. E uma quarta sobre integração do Pró-Jovem com outras políticas. Dando continuidade aos trabalhos, disse a perspectiva da mesa era que apresentassem uma proposta e uma política que estava sendo pensada no

âmbito do Fórum de Direitos e Cidadania, era uma mesa que depois das apresentações iriam algumas inscrições para sugestões, assim como foi feito no dia anterior na parte da noite. Em seguida deu a palavra à secretária Severine Carmem Macedo. A secretária Severine Carmem Macedo iniciou a sua fala agradecendo aos presentes e dedicando a reunião ao servidor membro da equipe do Pró-Jovem, companheiro Leandro, que compunha a administrativa do Pró-Jovem, que infelizmente faleceu, logo após disse que a reunião era extremamente importante porque abria um ciclo de debates sobre o tema da violência contra a juventude negra, com Conselho de Juventude e com Fórum Interconselhos. Esclareceu que o primeiro momento de discussão do Conselho Nacional de Juventude era extremamente simbólico porque era um tema que não era novidade e que não estava na agenda do Conselho Nacional de Juventude. O senhor Gilberto Carvalho lembrou que a presidenta Dilma quando compôs o novo Governo, constituiu os Fóruns, entre eles o Fórum de Direitos e Cidadania e dentro desse fórum ganhou prioridades por razões que a realidade impõe, a questão da violência contra a juventude negra. Havia um preconceito contra o negro, um preconceito geracional em relação à juventude e aí a gente tratou de constituir uma Câmara, uma sala de situação para aprofundar esse debate. Fariam um amadurecimento da política e quando estivesse de fato consistente, levariam à presidenta para se tornar de fato uma ação do conjunto do Governo. Destacou os referidos elementos e ressaltou naturalmente o papel que a SEPPIR teria no processo de uma dívida histórica que tinham de pagar com o referido setor. A senhora Luiza Bairros relatou que conforme foi dito, era um tema que tinha uma presença muito grande nos debates da juventude, já durante alguns anos e, na verdade, também não era novo no sentido do tempo porque exatamente era uma questão de natureza que há muito tempo atrás, há trinta e poucos anos atrás deu motivação para a criação do movimento negro unificado no Brasil. Sobre todos os aspectos, considerava novo o ponto de vista da ação governamental e era isso que tinha que ser sublinhado e de certa forma celebrado naquele momento. Nos últimos anos com as políticas sociais implementadas pelo Governo Federal e com as políticas afirmativas, foi exatamente a chance de reverter as expectativas das pessoas negras e principalmente do seu segmento juvenil, em relação à sociedade como um todo. A senhora Larissa de Oliveira iniciou sua fala

dizendo que “Um Governo tem que falar para o conjunto da sociedade e falar para o conjunto da sociedade era necessariamente levar em conta toda a sua diferença, o que a sociedade tem de diferente, de específico e de instigante”. Isso foi a reunião de março que a presidenta então instalou o Fórum com o conjuntos dos ministros e presidentes das estatais. Falou sobre o Fórum Direito e Cidadania que foi instalado em março, onde discutiram a promoção, a articulação política e gerencial das ações voltadas para garantir a expansão do exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável, em conjunto com os demais três fóruns. Nas diretrizes presidenciais, as quatro que consideraram as mais importantes e que nortearam a construção da própria agenda, tinham em primeiro lugar a concepção de consolidar a cidadania para todos, priorizando ações que promovessem uma autonomia dos cidadãos e cidadãs e fortalecessem suas capacidades para o exercício pleno dos seus direitos. Segundo, que promovesse a participação social, garantindo amplo debate com os diversos segmentos da sociedade. Nas duas diretrizes primeiras, no comando da presidenta foi colocado o olhar e o tratar de cada tema específico no Fórum, precisavam falar com o conjunto da sociedade que era aquele comando inicial na abertura da apresentação. A terceira diretriz era a elaboração de uma agenda de ações transversais, que apontasse soluções para os problemas que impediam a consolidação da cidadania brasileira, com foco e escala, previsão no PPA para que tivessem também a projeção do orçamento. A quarta diretriz trouxe a concepção geral do conjunto de temas que integravam a agenda de direitos e cidadania. A partir da discussão, foram construídas as concepções e definindo um resultado de quatro grandes eixos, que estruturaram o conjunto da agenda. O primeiro eixo da participação social e democratização da gestão pública que tinha na sala de situação, estava em andamento fazendo a proposta e a estratégia do Governo no tema da participação social, a discussão sobre o marco regulatório, a discussão sobre a construção do sistema nacional de participação social e tinha um primeiro resultado em execução ao longo do ano que foi trabalho do Fórum Interconselhos do PPA e que mostrava um pouco qual era o caminho que iriam seguir e propor nas estratégias e nas ações para institucionalização dos mecanismos de participação social na gestão pública. No segundo eixo, um Brasil de paz e sem violência, que tinha a proposta central o tema da violência

contra jovens negros que era o que iriam apresentar na sequência. No terceiro eixo, igualdade, diversidade e garantir de direitos, estavam trabalhando em sala de situação também a proposta da à agenda igualdade de gênero que tem como foco na proposta que está sendo desenvolvida a valorização e autonomia econômica das mulheres, passando por um conjunto de ações então de fortalecimento e inserção das mulheres no mundo do trabalho, ações que fortalecessem e que colocassem em situação mais igualitária e que tem como outro eixo o cotidiano e o uso do tempo, além de ações na área de comunicação e de uma atuação mais simbólica, uma discussão de fundo que passa pelo machismo da sociedade brasileira. O quarto eixo previa o tema desenvolvimento, sustentabilidade e cidadania. Continuou compartilhando que no conjunto das ações tinham ações caracterizadas como políticas universais destinadas a incidir no problema relativo à situação de vulnerabilidade social de maneira geral, localizada nos territórios, quanto ações afirmativas destinadas a incidir em problema relativa/exclusiva ou preponderantemente à população jovem negra, mostrou slides relacionados ao combate ao racismo iniciando com uma ação nova que é implantação do Disque Igualdade Racial no âmbito da SEPPIR e do orçamento e o órgão responsável. Relatou algumas ações que estavam em discussão para implementação. A primeira ação era o Disque, a segunda, era a criação de Núcleos de Violência Contra Jovens Negros, no âmbito das Defensorias Públicas, uma ação do Ministério da Justiça, inclusão do tema do racismo na formação dos profissionais no âmbito do Sistema Socioeducativo, sob responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos, construindo um módulo específico no curso de ensino à distância, combate ao racismo institucional nas corporações policiais, uma ação do Ministério da Justiça com o objetivo de implantar 201 Unidades de Preservação da Vida. Instalação de Disque Denúncias Estaduais e capacitação de profissionais de segurança pública, articulando a Força Nacional de Segurança Pública. Fortalecimento das Ouvidorias de Polícia independentes, criação e fortalecimento das Ouvidorias em nível nacional, em todas as unidades da federação, nas diferentes corporações. O senhor Mário Teodoro complementou a fala da senhora Larissa dizendo da montagem do Fórum que foi muito importante a mobilização do Governo capitaneada pela Secretaria Geral uma experiência de trabalho muito proveitosa, produtiva. O presidente Gabriel

Medina destacou que o Conselho tinha um acúmulo no tema e era um tema muito caro para a juventude brasileira, que o grande espaço de participação da juventude brasileira teve como destaque, como primeira prioridade a pauta da juventude negra. O segundo aspecto era que o Conselho Nacional de Juventude também constituiu uma bagagem, um acúmulo político sobre o tema, principalmente com a criação do GT da Juventude Negra em 2008, foi um GT muito importante, acertado e criado, em novembro pela Ministra, em 2008. Destacar a participação das entidades negras, do movimento negro brasileiro que participavam do Conselho, a CONEN, Articulação Política da Juventude Negra, ACBANTU, CNAB, FONAJUNE. O senhor David de Almeida perguntou se um jovem negro ou um jovem com deficiência auditiva, fosse abordado por uma autoridade policial como era que feita a capacitação do profissional em questão. O senhor Paulo Vinícius falou primeiramente do desejo de que o Conselho se consolidasse segundo, que era importante o compromisso de que o Pró-Jovem manteria as suas características e se ampliaria. O terceiro compromisso era o compromisso de que a política econômica poderia mudar e avaliaram com a redução dos juros que estava acontecendo, abrindo uma oportunidade para que pudessem de fato superar a fragmentação das políticas públicas. O senhor Danilo Moraes via com prazer que um compromisso que foi assumido quando da primeira participação da companheira Secretária Severine, com o companheiro Ministro Gilberto, na reunião do CONJUVE, que de fato teriam o que era a primeira prioridade da Conferência Nacional de Juventude, passaria a ser incorporado como políticas públicas de juventude no Brasil. Disse que as organizações negras do CONJUVE, tiveram bastante reticência quanto ao encaminhamento da demanda pelo Conselho para de fato a pauta do Governo. Para encerrar, disse ser importante não só a maior articulação com o Ministério da Justiça, para pensar a questão da segurança pública de fato, com o recorte racial, mas pensar o genocídio e extermínio pensado com outro olhar, não só para essa violência direta. O senhor Pedro Bittencourt esclareceu que a ideia que estavam lutando uma guerra contra as drogas e que, portanto, ações militares se justificavam e passavam no horário nobre na televisão, vendo as armas, perguntou de que cor era a maioria da galera que estava fugindo, que ficava feliz de ver o Governo Federal militando com a questão importante, mas não

via mudança, um sinal de mudança na política de drogas. Ao invés botar os usuários na cadeia, deveriam botar no sistema de saúde, era um progresso, mas não resolvia. A senhor Samoury Mugabe disse que a Articulação tinha feito alguns estudos naquele sentido e principalmente nos centros urbanos e que vinha aumentando de maneira assustadora, equivalente a quatro vezes mais até do que a morte em relação a jovens negros, a questão do genocídio não é uma coisa que diretamente atinge somente a nós jovens negros. Outra coisa era que no Sistema Único de Saúde, no SUS, as mulheres negras tinham o diferencial de tratamento em relação ao pré-natal e que também vinha surgindo, aumentando o número de mulheres, jovens, negras morrendo na questão do parto do que as mulheres brancas era um lugar que deveria ter um olhar e uma maior atenção. Outra coisa era na questão de segurança pública e o que se chamava de Disque Denúncia, que ficava sua pergunta de quanto de efetividade tinha nesses processos. O senhor Daniel disse que as principais políticas que tinha no país, conquistando avanços para a juventude, como o ProUni, como o PRONATEC o ProUni, dos espaços das instituições de educação e ensino técnico, ensino superior, como o próprio Bolsa Família que apesar de ser uma política de transferência de renda era estruturante porque obrigava que as crianças das famílias beneficiadas por esse Programa estivessem vinculadas à educação, tinham matrículas na escola. Constituiu-se um arcabouço muito importante em curso no país que devia ser fortalecido e que o Conselho tinha a responsabilidade de aprofundar em eventos como a Conferência Nacional de Educação, de problematizar e aprofundar programas como o Pró-Jovem e essas políticas de assistência de sucesso no nosso país que precisavam aprofundar ainda mais o seu êxito. O senhor David Barros disse que era muito claro que a política de juventude só seria sucesso se fosse uma política de Estado onde todo o Governo tivesse uma compreensão, uma dinâmica, um pensamento, uma concepção sobre a política de juventude e que isso não seja departamentalizado do ponto de vista das concepções, e que o Ministério da Justiça tratasse de uma maneira e a política de direitos humanos tivesse outra vertente, que era importante o compromisso do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria do Governo com os temas que estão no bojo da política nacional de juventude. O senhor Marc Emmanuel Sousa falou que era importante o processo, era interessante de saber que realmente tem se

pensado em uma resolução para esses problemas que eram tão grandes no meio da juventude negra no Brasil. Falou especificamente da sua experiência com o estado do Espírito Santo. O senhor Beto fez um breve comentário sobre os índices que foram apresentados da mortalidade da juventude negra, pobre, da periferia, que os índices na verdade retratavam, que recentemente tem ido a algumas escolas que o programa da juventude fez em sua cidade, em Oувires, e muitas vezes viu professores relatando e dizendo que o chamavam para fazer uma fala porque tinham receio de conversar sobre o tema porque era um tema delicado. O senhor Sidnei de Argolo da Silva falou que todos e todas sabiam que existiam muitas políticas públicas da juventude, os direitos eram iguais para todos, mas quando chegavam à favela percebiam o quanto as políticas não chegavam para todos e todas, chegavam os nomes das políticas, que era uma problemática muito séria. A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães valorizou o momento de diálogo que estava vendo os parceiros e parceiras, batalhando por dois anos na construção e na análise, nas reflexões do GT de Juventude Negra do CONJUVE, foi montado logo em seguida à primeira Conferência Nacional de Juventude que elegeu como prioridade número um, com a maioria absoluta dos votos o enfrentamento aí as mazelas que atingiam a juventude negra, e no âmbito do GT a gente chegaram a essa formulação que é a questão da mortalidade de jovens negros. O presidente Gabriel Medina ressaltou que foi muito bom a senhora Ângela falar de um momento importante na construção da agenda importante do Conselho Nacional de Juventude, relação Estado sociedade civil e naquele momento cumpria a tarefa do Governo com Secretário Adjunto tinha uma grande responsabilidade de continuar apresentando a agenda. A senhora Severine Carmem Macedo disse que não sabia que eram os representantes do CONJUVE que iriam para o Fórum, que era importante que tivessem um trabalho, se pudessem chegar com a coisa o mais organizada o possível, ajudaria trazer todo um projeto para apresentar via conferência. Toda a discussão do Pacto Federativo, mas para além do Pacto Federativo como conheciam, como pensariam a dimensão territorial da implementação da política para que ela se articulasse e complementasse e que não tivessem sobreposição ou não acesso à política. Que caberia ao Conselho dialogar, Secretaria e Conselho porque era uma tarefa do Plano era a questão da rede

de mobilização, uma vez o Plano apresentado. O presidente Gabriel Medina disse que a exclusividade e produção da carteira pela Rede do Movimento Estudantil já era uma discussão que foi feita anteriormente segundo as entidades desde 2007, esse debate estava colocado entre artistas e movimento estudantil e na busca de um entendimento se construiu uma proposta de emenda ao Estatuto que era uma proposta que volta à exclusividade de produção das carteiras e limita a meia a 40% das entradas. Quanto ao projeto, do ponto de vista do Conselho que marcaram mais uma rodada de conversas que seria na sexta feira, mas possivelmente seria jogada para terça feira. A ideia era que pudessem discutir a opinião que foi colocada, mas antes de apresentar uma opinião que queria apresentar ao Pleno passar para a Rebeca porque diante da situação o quadro a possibilidade de aprovação na íntegra do Estatuto estava abortada, ela praticamente não existia mais, o projeto deveria sofrer alterações. A senhora Rebeca Ribas passou informes sobre a última do GT., que não chegaram a concluir a tarefa do Grupo, que fizeram uma análise a princípio da sessão de direitos, não chegaram a entrar na parte do sistema e logo depois o estatuto foi votado na Câmara e algumas dessas contribuições que produziram dentro do GT, ainda que não tenham sido sistematizadas, foram absorvidas no documento. Fizeram uma reunião casada e acabaram nessa reunião decidindo não fazer nenhuma alteração no texto, entendendo que era necessário que a coisa caminhasse. O presidente Gabriel Medina propôs que não emitissem opinião sobre a posição que ele iria fazer, que a deixassem o Conselho, as entidades do Conselho Nacional de Juventude livres para defender a posição que achassem mais importante, aquelas que eles, estivessem convencidas e que gostariam de explicitar e explanar no diálogo com o Senado Federal. Nessa direção encaminhou que as colaborações, que fossem apresentadas pela Rebeca, que seriam mais bem formuladas no GT, fossem encaminhadas por consenso na reunião. Então, ficariam com uma proposta do Conselho, poderiam redigir uma carta, enviar para os senadores, comum pouco dos posicionamentos que tinham, mas obviamente que não fariam, uma luta para que fosse incluído que depois fosse um processo que impedisse ou inviabilizasse, demorasse a votação do Estatuto no Congresso Nacional. O senhor Darcy Gomes revelou que era importante reconhecer o trabalho que foi feito na Comissão e tentarem inserir as propostas no texto,

mas antes de qualquer coisa era importante que ficasse o acúmulo de que tanto a Comissão de Parlamento quanto o GT de Estatuto ou qualquer outro que viesse tratar de leis ou qualquer tramitação no Congresso Nacional, era importante que conhecessem o processo. Lembrou que o desafio para os jovens que estão fora da escola é inclui-los primeiro no sistema educacional e aí sim garantir os outros direitos. Que a educação era um direito básico e partir do momento que a juventude estivesse dentro da escola, da universidade estaria contemplada e que o desafio maior era garantir escola para a juventude. O senhor Daniel disse que para que se tivesse uma ideia, a principal bandeira da União Nacional dos Estudantes era uma ampliação ao acesso à educação. Então, muito mais do que defender o estudante que estava na universidade, defendia a juventude e o processo de inclusão social para que mais jovens se tornassem estudantes. Acreditavam que o direito não era meia entrada, porque o jovem que não era estudante, que não trabalhava era o jovem que estava sendo atendido pelo Brasil Sem Miséria, compreendiam, por fim, para contribuir com a discussão, para além da discussão conceitual que foi apresentada, para a discussão prática, efetiva, consideravam que não existia possibilidade, de não aprovar uma meia entrada que não fosse para o estudante por dois motivos, primeiro lugar, porque não existia possibilidade de efetivar o direito para o jovem que não era estudante, o referido jovem não usufruiria de um direito à meia entrada. E a principal conquista para a juventude ao tornar-se estudante era ter políticas influentes à educação, como o Bolsa Família que exigia que a mãe matriculasse seus filhos na escola, que era o exemplo mais concreto de política para a população mais pobre do Brasil. E por fim, porque do ponto de vista da política, que era o grande embate que tinham no momento as emendas ao Estatuto, não existia correlação de forças que separassem de todo o acordo consensuado na sociedade civil, com artistas, com trabalhadores da cultura que estavam amalgamados na perspectiva de recuperar a efetividade do direito à meia entrada e dos benefícios que estavam, inclusive para o setor de cultura, da formação de um público jovem porque não existia correlação de forças, disposição do Governo, disposição da relatoria. O senhor Danilo Morais disse que era preciso aprofundar o diálogo sobre como fariam para emitir uma opinião sobre o tema que havia algumas organizações que queriam que o Estatuto fosse aprovado,

outras não. O senhor Yann Evanovick deu informes sobre a mobilização da UBES em escolas de todo o Brasil. Reforçou a importância do conjunto do CONJUVE e de poder participar do espaço de debate. O senhor Paulo Vinícius disse que se o problema era político e a sociedade esperava a opinião para assegurar vitórias para a juventude e para o povo, não deveriam hesitar, deveriam aprovar ganhar na Conferência de Juventude o apoio da sociedade brasileira e aprovar uma vitória, que não havia contradições que deveriam lutar por políticas públicas que inserissem quem não tinha escola, que inserisse na escola, no trabalho, na cultura com políticas mais ousadas do que apenas conceber a meia entrada que para o estudante bastasse, mas para quem estava na periferia, no campo, não seria suficiente para que ele tivesse condição de ter acesso à cultura. Era preciso mais e ousadia defender que ele tivesse a escola, o trabalho e cultura. O presidente Gabriel Medina afirmou que não havia acordo no encaminhamento sobre a questão da meia e queria saber o seguinte havia acordo do Conselho. Indagou ao plenário se havia acordo com a proposta de encaminhamento que o senhor Paulo Vinícius apresentou no Conselho. A senhora Ângela Cristina Santos Guimarães explicou que não houve votação na reunião passada que se retiraria o termo do Estatuto ou se continuava. O que foi encaminhado na última reunião, que teve a presença do chefe de gabinete, o André Coutinho, da deputada Manuela, que colocou a extrema possibilidade de ir à votação, que haveria um GT e no GT iriam tomar posição de votação na íntegra do Estatuto para não atrasar a tramitação e continuar discutindo porque em havendo possibilidade colocariam os pontos que o GT formulou e apresentou os pontos de sua formulação, no referido momento. O presidente Gabriel Medina esclareceu que o que fez de liberar, pois o fato de não terem uma posição definida, de liberar as opiniões fazia com que cada entidade pudesse se posicionar de acordo com o que acumulava nos seus fóruns e seus posicionamentos. O senhor Paulo Vinícius contestou que o CONJUVE já tinha a posição de aprovar na íntegra. O presidente Gabriel Medina sugeriu que encaminhassem o ponto sobre a questão. A proposta para ver se era consensual no Conselho de manutenção na íntegra da opinião tirada na última reunião e também encaminhada na reunião do GT de defender a manutenção do texto na íntegra, sem alteração. Indagou se havia alguma contrariedade em relação à sua fala. Não havendo contrariedade, encaminhou

a manutenção na íntegra de tudo que foi definido pela Câmara dos Deputados e votado, e que estava atualmente em tramitação no Senado, significava que todas as alterações propostas pelo GT não seriam encaminhadas e de que manteriam a posição que, foi definida na última reunião. **Enceramento.** Não havendo contrariedades, não tendo mais nenhum ponto a definir, declarou encerrada a reunião do Conselho Nacional de Juventude.